

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**
2 **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**
3 **(GD6), REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4 Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta
5 minutos, deu-se início a 2ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do dos
6 Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo GD6), realizada de
7 forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão dos seguintes itens
8 de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino
9 Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** -
10 Aprovação das Atas da 1ª Reunião Ordinária do dia 11/02/2021 e da 1ª Reunião
11 Extraordinária do dia 11/03/2021; **Item III** - Discussão e análise dos pedidos de
12 reconsideração relativos aos processos de outorga, conforme relatórios dos pedidos de
13 vistas da FIEMG, de nº 2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos
14 Imobiliários Ltda.) link:

15 [https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp](https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp=sharing)
16 [=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp=sharing), nº 2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) link:

17 [https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEX_yX3aNaySPMD1qWCU ?](https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEX_yX3aNaySPMD1qWCU?usp=sharing)
18 [usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEX_yX3aNaySPMD1qWCU?usp=sharing) e nº 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.)
19 link: [https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysq2w33_YQD](https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysq2w33_YQD?usp=sharing)

20 [?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysq2w33_YQD?usp=sharing); **Item IV** - Assuntos Gerais e **Item V** - Encerramento. **Membros**
21 **presentes:** Na reunião estiveram presentes 34 (trinta e quatro) membros,
22 representando 31 (trinta e uma) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria:
23 **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais**
24 **de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do**
25 **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e os**
26 seguintes Conselheiros: **Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**
27 **Minas Gerais - CBMMG), Tales Roberto da Silva (Corpo de Bombeiros Militar de**
28 **Minas Gerais - CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de**
29 **Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de**
30 **Gestão das Águas - IGAM), Rubén César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de**
31 **Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência**
32 **Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir**
33 **Ferreira Fadini (Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA), Aparecido Venâncio**
34 **Martins (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -**
35 **SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Tamires Freitas de**
36 **Camargo (Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de**
37 **Florestas - IEF), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Jeniffer Rita**
38 **Migot (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), José Acácio de Vilas Boas**
39 **(Prefeitura Municipal de Ipuiúna), Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de**
40 **Santa Rita de Caldas), Matheus Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom**
41 **Repouso), Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas),**
42 **Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior**
43 **Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura**
44 **Municipal de Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL;**
45 **Mário Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA),**
46 **Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Fábio Augusto Zincone (DME**
47 **Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado**
48 **de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos**
49 **Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), representantes dos**

50 **USUÁRIOS;** Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e
51 **Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação**
52 **Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência**
53 **Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande),**
54 **Irinéia Ardisom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano**
55 **(Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**
56 **- PUC/MG Campus Poços de Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima**
57 **(Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG), Ângela Maria Martins Marques**
58 **dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -**
59 **CREAMG) e Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus**
60 **afluentes - NARP), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também estiveram**
61 **presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes (Gerente do IGAM), Márcia**
62 **Helena Quintero Lêda (Responsável Técnica pelos projetos de outorga da Pollo**
63 **Engenharia e de Antônio Ângelo Rocha), Luiz Francisco Fernandes Pereira e**
64 **Karl Wagner Acerbi (LF Saneamento, Responsáveis Técnicos pelo projeto de**
65 **outorga da Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários), Lucas Augusto Carmo**
66 **de Assis (Arquiteto da Pollo Engenharia), Nelson Domingues da Costa Filho**
67 **(Advogado da Pollo Engenharia), Juan Carlos dos Reis Cardoso (Pollo**
68 **Engenharia), Marina de Melo (Técnica do IGAM), Paulo Pinheiro (Engenheiro -**
69 **Caldas), Danúbia Alves Cardoso (IGAM - URGa SM), Marianne da Cunha Barros**
70 **(IGAM – URGa SM) e Deivid Oliveira; Item I - A reunião foi aberta pelo secretário**
71 **Juvenal Nogueira Marques, que conduziu a reunião a pedido do Presidente Rogério**
72 **Araújo Dias, que não pôde estar presente em toda a reunião por motivos de saúde. Na**
73 **sequência, o secretário solicitou a execução do Hino Nacional. Verificou-se o quórum e**
74 **a secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Passou-se então para o Item II**
75 **- Aprovação das Atas das reuniões dos dias 11/02/2021 e 11/03/2021:** como não
76 **houve manifestações, objeções ou correções, as atas da 1ª Reunião Ordinária do CBH**
77 **GD6 (11/02/2021) e da 1ª Reunião Extraordinária do CBH GD6 (11/03/2021) foram**
78 **aprovadas. Em seguida, o secretário Juvenal iniciou a discussão sobre o Item III –**
79 **Discussão e análise dos pedidos de reconsideração relativos aos processos de**
80 **outorga, conforme relatórios dos pedidos de vistas da FIEMG: Nº**
81 **2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários Ltda.), Nº**
82 **2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) e Nº 2240.01.0002282/2020-98**
83 **(Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.) e que foram objetos de pedidos de vistas**
84 **da FIEMG; O secretário começou pelo processo de Antônio Ângelo Rocha, nº**
85 **2240.01.0002285/2020-17, relatando que na última reunião da CT de Outorga em**
86 **09/04/2021 ficou acordado e votado a concessão de outorga para este**
87 **empreendimento com a aprovação da maioria, conforme o relatório do pedido de vistas**
88 **da FIEMG e perguntou se alguém tinha alguma manifestação contra esta decisão, ao**
89 **que a conselheira Maria Teresa respondeu que manteria a sua posição, já registrada**
90 **na ata da CT de Outorga do dia 09/03/2021, anterior agora aprovada, que foi contrária**
91 **à esta decisão da maioria da CT de Outorga alegando que não é possível continuar**
92 **com ações degradadoras do passado. Em seguida, Juvenal iniciou a votação para**
93 **apurar quem seria contra e quem seria a favor do parecer da URGa referente ao**
94 **processo de Antônio Ângelo Rocha, totalizando 12 votos a favor do parecer da URGa,**
95 **8 votos contra o parecer da URGa, 3 abstenções e 13 ausentes, ficando aprovado o**
96 **parecer da URGa no processo de Antônio Ângelo Rocha. A seguir, Juvenal iniciou o**
97 **processo do Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários, nº 2240.01.0003111/2020-25,**
98 **concedendo a palavra primeiramente aos empreendedores, como questão de ordem.**
99 **Luiz Francisco Pereira, responsável técnico pelo estudo, disse que foram cumpridos**

100 todos os pré-requisitos do ponto de vista científico e técnico que prevê esta canalização
101 e os impactos que ela poderia causar, que eles elaboraram o parecer final com todos
102 os cálculos e que o mesmo não foi avaliado pela CT de Outorga como deveria. Disse
103 que tanto o IGAM quanto a FIEMG entenderam o parecer final e foram favoráveis à
104 aprovação da outorga. Juvenal agradeceu e passou a palavra para a Laene, que
105 apresentou o relatório de vistas da FIEMG referente ao processo da Costa do Sol,
106 reforçando que a URGA apresentou os cálculos corretos conforme eles analisaram e
107 orientou que o empreendedor deve demonstrar ao fim da obra (através de fotos,
108 escalas, etc), que tudo que foi solicitado pela URGA foi feito, por segurança, e que os
109 cálculos competem à URGA avaliar e analisar, cabendo ao Comitê entender as nossas
110 legislações, que hoje estão desatualizadas, mas que em breve, com a questão da
111 cobrança, estarão atualizadas. Justificou com os quatro pontos que serão pensados
112 para o próximo Plano Diretor do Comitê e disse que, de acordo com DN 31 e a página
113 234 do Plano Diretor, não há conflito de uso para este pleito e não há também o
114 enquadramento dos corpos de água, então seguiram a legislação do COPAM,
115 reafirmando que ele é classe 2, e que a manutenção de condições adequadas de
116 transporte hidroviário não se aplica ao pleito, entre outras considerações, e concluiu a
117 sua fala sugerindo a aprovação do processo. Juvenal passou a palavra para a próxima
118 inscrita à fala, a conselheira Maria Teresa, que respondeu ao empreendedor dizendo
119 que os documentos foram todos analisados e discutidos incansavelmente por todos os
120 membros da Câmara Técnica de Outorga, lembrando que um empreendimento
121 individual não pode interferir no coletivo e que existe mais problemas ainda quando é a
122 jusante do processo de canalização. Disse também que os conselheiros José Edilberto
123 e a Ângela entregaram um documento minucioso antes da reunião com fotos e
124 detalhamento do assunto e lembrou a situação que aconteceu com o Supermercado
125 Bretas, naquela enchente terrível. Disse que concorda sim com a revisão do plano
126 diretor, porém estão no dever de prevenir e precaver com relação às ações pretendidas
127 agora e que não aceita ninguém desrespeitar a Câmara Técnica de Outorga, que é
128 composta por conselheiros que são profissionais altamente capacitados e que
129 trabalharam com afinco na análise destes processos, ao que pediu respeito por parte
130 de todos. Juvenal passou a palavra para o próximo inscrito a falar, o conselheiro José
131 Edilberto, que começou apresentando um documento que fala que, de acordo com atos
132 de vulnerabilidade de Minas Gerais, por consequências das ações do uso irregular do
133 solo, como este empreendimento pode afetar aquele ponto sem a devida e correta
134 análise, especificamente o ponto da sua localização e que existe um corpo hídrico
135 receptor logo abaixo. Ressaltou a lei 11455 que fala exclusivamente sobre o plano de
136 saneamento que impacta profundamente a gestão das águas, de questões que afetam
137 a drenagem e macrodrenagem, conforme a Maria Teresa fez a menção e citou a
138 própria tese de doutorado da Marília que fala exatamente isto também, e mais ainda,
139 que os órgãos são responsáveis por promover o debate. Citou o vídeo da SEMAD que
140 fala exatamente sobre a participação dos atores envolvidos neste processo, disponível
141 no canal do YouTube do GD6. E concluiu a sua fala justificando que é correta a
142 manutenção do voto contrário desta outorga pelos conselheiros da Câmara Técnica de
143 Outorga, na reunião de dezembro de 2020, bem como solicitou a juntada do seu
144 parecer no processo. Juvenal agradeceu e passou a palavra para a próxima inscrita à
145 fala, a conselheira Ângela, que esclareceu mais uma vez como o relatório foi feito e
146 analisado minuciosamente pela CT de Outorga e que em relação aos cálculos
147 apresentados pelo empreendedor, a problemática levantada foi sobre o período de
148 chuvas, se haveria a capacidade de recepção desta canalização no Ribeirão Poços de
149 Caldas, não havendo nem no Relatório inicial e nem no pedido de reconsideração, uma

150 resposta para esta indagação. Outra questão é se esta água, ao refluir para montante
151 em época de cheias, chegaria à área verde 3 da Prefeitura e mais uma vez não houve
152 uma resposta convincente. Então a questão é se há capacidade de recebimento e
153 escoamento da vazão canalizada, e lembrou que em momento nenhum discutiu-se a
154 capacidade de fluxo de água dentro da tubulação proposta e destacou que planície de
155 inundação é a planície ocupada sazonalmente pela água até que o outro corpo
156 receptor consiga levar a água que foi retida nesta planície. Reafirmou que todas as
157 considerações técnicas sobre este processo e a justificativa de voto contrário à
158 concessão de outorga estão no Relatório assinado por ela e o Conselheiro José
159 Edilberto e que constou dos documentos entregues aos Conselheiros no ato da
160 Convocação desta Plenária. Alertou o IGAM sobre o levantamento que o
161 empreendedor fez de algumas canalizações ao longo da Av. João Pinheiro,
162 perguntando se o IGAM já verificou se as outorgas das mesmas estão em ordem. . A
163 palavra foi passada para o próximo inscrito, o empreendedor Luiz Pereira que pediu
164 desculpas que todos entenderam errado a colocação dele, e explicou que o que quis
165 dizer é que análise da CT de Outorga não foi errada e sim, incompleta. A palavra foi
166 passada para o Eduardo do IGAM que lembrou que o estudo técnico é competência do
167 IGAM, que ele faz com fundamentação técnica e jurídica e que não tem nada no
168 processo que não seja previsto em lei. Em segundo lugar, o processo de outorga não
169 está tratando de questões ambientais, que isto não está na alçada de discussão, como
170 o caso do Supermercado Bretas, responsabilidades criminais, etc. Questões de
171 precaução e prevenção, questão de falta de respeito, questão de bacia de alagamento,
172 de saneamento, de planície de inundação, isto tudo não é competência do Comitê.
173 Disse que está certo debater o tema, que deve-se mesmo colocar isto em plano de
174 bacia, de enquadramento de água mas não há como escolher uma pessoa para definir
175 o resto da lei para todo mundo. E lembrou novamente que isto se trata de um ato
176 autorizativo apenas. Juvenal tomou a palavra e fez uma observação e disse que
177 concorda com a Maria Teresa, com a Ângela e com o Edilberto quanto à questões de
178 impacto ao meio ambiente, mas que concorda com o Eduardo no que tange à questão
179 de legalidade, que o que está sendo discutido aqui é questão de outorga, que o Comitê
180 deve-se ater àquilo que é a sua função e que por isto ele não teve receio de mudar a
181 sua opinião referente à este processo, mesmo fazendo parte da CT de Outorga. Em
182 seguida, passou-se à votação para apurar quem seria contra e quem seria a favor do
183 parecer da URGA referente ao processo de Costa do Sol Empreendimentos,
184 totalizando 06 votos a favor do parecer da URGA, 14 votos contra o parecer da URGA,
185 06 abstenções e 10 ausentes, sendo portanto reprovado a concessão de outorga no
186 referido processo. A seguir, iniciou-se a discussão referente ao processo nº
187 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.) sendo a palavra
188 concedida primeiramente ao empreendedor, como feito nos demais processos. Lucas
189 começou se apresentando e se disponibilizando para prestar os devidos
190 esclarecimentos sobre o processo da Pollo caso haja alguma dúvida. E passou a
191 palavra ao Hélio, que disse que acompanhou os trabalhos desde o início e que a Pollo
192 Engenharia sempre foi pró ativa, e lembrou que um processo que foi tramitado durante
193 4 anos pelos órgãos ambientais tem que ser pensado, porque o empreendedor não
194 pode ficar na inércia dos órgãos ambientais e que deve-se pensar na outorga
195 especificamente. Em seguida, Juvenal passou a palavra para a Laene que começou
196 apresentando o relatório de vistas da FIEMG, lembrou que a URGA também é
197 favorável à outorga e explicou todos os cálculos feitos no relatório, destacando que o
198 rebaixamento é uma interferência mínima. A seguir, a palavra foi passada para a
199 primeira inscrita, a conselheira Maria Teresa, que disse que ia se abster e manter o

200 posicionamento da CT de Outorga, e que realmente passou muito do tempo para
201 decidir sobre esta outorga, pois a obra já está pronta. Disse ainda que o comitê queria
202 colaborar com o empreendedor, indicando não fazer garagem no subsolo e usá-lo para
203 fazer a fundação, assim como aconteceu em outros edifícios de Poços de Caldas. Ela
204 reforçou que é obvio que acontecerão consequências a curto prazo e citou algumas
205 delas. Lembrou que a cobrança vai incidir nos usos outorgados e perguntou se os
206 condôminos destes prédios estão sabendo disto. Disse que cabe uma investigação
207 sobre a tramitação destes documentos durante estes 4 anos e deu um alerta para
208 todos os construtores: antes de construir qualquer empreendimento, eles devem
209 verificar se tem outorga aprovada, e lembrou que as prefeituras não podem liberar se
210 não tiver. Citou o volume utilizado de 386 metros cúbicos de água por dia, é o mesmo
211 que encher uma piscina olímpica. E que não é demais ao comitê colocar
212 recomendações, dizer que o empreendimento não é sustentável, sendo que o mesmo
213 está apenas a 192 metros de distância da Praça dos Macacos, em Poços de Caldas. E
214 concluiu com uma pergunta: Esta quantidade drenada é compatível ao que existe no
215 subsolo? Danúbia pediu a palavra e respondeu à Maria Teresa que houve sim uma
216 reforma em 2018 quando foram criadas as URGAS e o IGAM tomou para a si
217 novamente a análise dos processos de outorga e que, na época foi feito um inventário
218 onde constataram de 1200 a 1400 processos de passivos, inclusive este do
219 rebaixamento, e que não havia um profissional habilitado na equipe técnica do IGAM
220 para fazer esta análise. E só em 2019 a Marina entrou neste cargo e começou a fazer a
221 análise deste processo. Sugeriu que os comitês trabalhassem juntamente com as
222 prefeituras e que estas solicitassem a outorga antes de liberar a obra. Lembrou que
223 hoje as autorizações são independentes, o que é passível de regularização ambiental
224 no IGAM, o empreendedor deve solicitar à URGAs, e o que cabe à SUPRAM, ele deve
225 solicitar à SUPRAM. Neste caso, o empreendedor precisa antes da outorga para
226 solicitar o licenciamento ambiental dele, conforme o próprio sistema direciona o
227 empreendedor a fazer. A palavra foi passada à Ângela que lembrou as competências
228 da Câmara Técnica de Outorga do Comitê, segundo a Deliberação nº 2 de 2001,
229 informando que esta normativa permite fazer o que a CT está fazendo e ressaltou os
230 pedidos de dilatação de prazos ao longo deste processo por parte do empreendedor
231 para atender diversas solicitações. Por outro lado, lembrou a Lei Estadual nº
232 13.771/000, uma vez que os pedidos de reconsideração dizem que todas as leis foram
233 avaliadas e contempladas e esta lei em referência consta na página 2 do parecer da
234 CT de Outorga, pois ela é muito interessante quando fala de disponibilidades hídricas e
235 manancial subterrâneo, o que certamente não foi considerado neste processo. E que o
236 pedido de reconsideração fala que não há comprometimento com as águas
237 subterrâneas. E começou citando o item 7 do relatório do empreendedor avaliado pela
238 SUPRAM e endossado pela URGAs e questionou os dados usados para avaliar este
239 rebaixamento, observou que este tipo de rebaixamento tão baixo se dá em ambientes
240 altamente porosos, o que não é o caso deste empreendimento, que não encontrou em
241 nenhum lugar a justificativa do volume da vazão requerida e concluiu dizendo que o
242 Decreto Estadual nº 41578 de 2001 que regulamenta a política de recursos hídricos,
243 em especial seu artigo 38 sobre outorga subterrânea, e perguntou se a URGAs solicitou
244 ao empreendedor o que reza o referido artigo, citando outros trechos importantes da
245 lei. O próximo a falar foi o conselheiro José Edilberto, que citou a fala da Danúbia,
246 quando ela disse que o município deveria ser consultado e que não é de hoje que
247 estão falando que os municípios tem que estar presentes. Citou a importância do Plano
248 de Recursos Hídricos do Comitê, que está falando sobre esta condição do aquífero,
249 que será necessário mapear todos os aquíferos e qualquer intervenção neste ponto.

250 Disse que no próprio Plano Diretor do Comitê consta da preocupação e do
251 monitoramento das águas subterrâneas e encerrou sua fala citando a lei municipal que
252 fala da proteção do entorno das águas das fontes termais que é uma questão de
253 extrema importância, reiterando assim o parecer da CT de Outorga neste processo. A
254 palavra foi passada posteriormente para o Eduardo, que disse que o município deve
255 atender para esta questão de não conceder qualquer tipo de alvará e autorização na
256 cidade, antes deterá questão do licenciamento ambiental e a outorga. Esclareceu ainda
257 que, para entendimento geral, não existe “outorga velha” e “outorga nova”. Lembrou
258 que a outorga é ato regularizador da concessão de água em qualquer tempo. Pode-se
259 ter uma intervenção que parou, voltou, etc. Lembrou que qualquer um pode questionar
260 a quantidade de água e pedir um estudo ao IGAM de água subterrânea e lembrou mais
261 uma vez a competência do Comitê, que não é esta. Juvenal tomou a palavra e disse
262 que entende todas as falas e colocações, mas no caso da coisa pública, ele não tem
263 ilegalidade e que entende que é uma situação que está pronta, executada e que deve-
264 se ter uma gestão em cima do fato. E pediu que se minimizem os conflitos dentro do
265 Comitê, pois este tipo de coisa não é bom para ninguém. Maria Teresa pediu a palavra
266 e perguntou para o Eduardo se nesta bacia hidrográfica, nesta parte subterrânea,
267 suporta o volume que foi pedido ou não. E disse que esta é uma informação técnica
268 que não obtiveram do IGAM. Eduardo respondeu entre outras que a água está sendo
269 drenada superficialmente. Ângela tomou a palavra e disse que urge esta questão a ser
270 discutida e que chegou a hora em que se está no limite e lembrou que quando
271 trabalhou na Prefeitura, ela só liberava o habite-se depois da outorga, para não ter
272 problema. Reafirmou que todas as considerações técnicas sobre este processo e a
273 justificativa de voto contrário à concessão de outorga estão no Relatório assinado por
274 ela e o Conselheiro José Edilberto e que constou dos documentos entregues aos
275 Conselheiros no ato da Convocação desta Plenária. Eduardo esclareceu para Ângela e
276 para todos que não existe este estudo da água subterrânea para ninguém no Brasil,
277 que ele é feito localmente, analisando a zona de impacto e todos os usos outorgados
278 de água subterrânea na região e verifica se tem algum outro uso que concorre. Se não
279 tem, vai fazer o teste de bombeamento, o que é diferente da água profunda, que não é
280 avaliada da mesma forma. E que para este tipo de processo é feito este tipo de
281 procedimento. A palavra foi passada para o Conselheiro Antônio Carlos Alvisi que
282 esclareceu que é a favor desta outorga para regularizar a situação, pois tem uma
283 situação consolidada neste caso. A seguir, a palavra foi passada para a Marina da
284 URGA que disse que este estudo foi feito somente para o norte de Minas, que é um
285 projeto que demorou 10 anos para ser construído e estes estudos serão expandidos
286 para o estado inteiro, mas que não é um estudo rápido de ser feito, que demanda muita
287 mão de obra e investimento, mas que consideram principalmente as águas mais
288 profundas e ressaltou que neste caso, para a garagem ficar seca, eles tiram
289 superficialmente de poços mais rasos de 4 metros de profundidade, e que de acordo
290 com a responsabilidade técnica que foi apresentada à URGA, este processo não
291 ocasionaria nenhum impacto das águas profundas. Em seguida, Juvenal passou-se à
292 votação para apurar quem seria contra e quem seria a favor do parecer da URGA
293 referente ao processo da Pollo Engenharia, totalizando 7 votos a favor do parecer da
294 URGA, 12 votos contra o parecer da URGA, 5 abstenções e 12 ausentes, sendo
295 portanto reprovado o parecer da URGA o pedido de concessão de outorga no referido
296 processo. Em seguida, Maria de Lourdes pediu a palavra e observou que os votos só
297 serão válidos quando os conselheiros estiverem presentes na reunião, falando ou
298 enviando pelo chat. E que não serão aceitos votos pelo celular. Neste ponto foi
299 confirmado que os que tiveram problemas de conexão ou sem vídeo, votaram pelo chat

300 como consta no arquivo da gravação, bem como as manifestações online registradas.
301 Juvenal passou então para o Item **IV - Assuntos Gerais:** Irinéia pediu a palavra e
302 lembrou que tem uma mata no Jardim Centenário em Poços de Caldas, com projeto
303 de construção de um condomínio e que existe ali um resquício de mata atlântica, há
304 mais de 15 anos recuperada, com uma nascente e pediu que estejam atentos à este
305 detalhe, cobrando a outorga deste empreendimento para que daqui a alguns anos não
306 venham a ter os mesmos problemas que estão acontecendo hoje. Juvenal lembrou que
307 foi recebido um e-mail sobre este assunto e que pedirão esclarecimentos à Prefeitura
308 sobre isto e que firma um compromisso que falará como IEF a respeito desta situação,
309 a questão de mata atlântica, distribuição do estado e eventuais autorizações. José
310 Edilberto pediu a palavra e lembrou da sua sugestão de enviar um documento às
311 Prefeituras para ser apreciado e Juvenal concordou com ele e disse que além deste
312 caso das prefeituras, ele pensa que o comitê deveria ter uma conversa institucional
313 com a Prefeitura de Poços de Caldas para aparar eventuais arestas para que consiga
314 administrar melhor este tipo de situação que é ruim para todo mundo. E se for o caso,
315 verificar o que o comitê pode fazer no âmbito da sua alçada de competência,
316 eventualmente o plano de bacias, o plano diretor, o enquadramento de corpos de água
317 ou algo similar, contemple estas situações e que tragam tranquilidade no
318 encaminhamento e na resolução deste tipo de situação. José Edilberto concordou e
319 lembrou que a proposta é exatamente de inibir qualquer questão que envolva este
320 desdobramento do município com o comitê e assim sucessivamente em todas as
321 esferas, principalmente enxergando o plano diretor do município, refletindo o plano de
322 bacias e agradeceu a capacitação que o IGAM fez para os conselheiros sobre
323 exatamente este ponto, corroborado com a manifestação do Thiago Santana que
324 reiterou o que não é facultativo aos municípios a adesão ou não do plano diretor dos
325 CBH's, caso não estejam contidos nos mesmos é passível de notificação,
326 considerando que não houve nenhuma contribuição dos conselheiros depois da
327 solicitação do presidente Rogério, que seja enviado novamente para todos os
328 conselheiros e em um prazo de 10 dias úteis, todos enviem suas contribuições para aí
329 sim enviar para todos os municípios depois de autorizado. Juvenal agradeceu a
330 contribuição dele e passou a palavra para o Eduardo que lembrou uma demanda do
331 comitê do Grande que requereu à ele que se fizesse um acompanhamento do plano
332 de bacia, onde muitas vezes os conselheiros não sabem quais são as demandas que
333 estão elencadas no plano e que no caso do GD6 o plano tem um manual interativo e
334 que algumas demandas são questões de planejamento e estruturação e que eles
335 podem encaminhar e propor ao pessoal da ANA e do IGAM para fazer uns 3 eventos
336 por ano para se discutir juntos o plano, as ações propostas, para ficar cada vez mais
337 ativos com o plano, pois isto não é um conselho qualquer, um grupo qualquer de
338 segmento da sociedade, mas sim um órgão institucionalizado por lei com regras e
339 instrumentos definidos, e dois deles são de planejamento, e que é necessário fazer o
340 que o plano determina, lembrando que é um plano de 20 anos e que se em 10 anos
341 não foi feito nada, ainda dá tempo de fazer nestes próximos 10 anos. E sugeriu levar
342 esta proposta de acompanhamento do plano para a diretoria como uma possibilidade.
343 José Edilberto pediu para fazer um acréscimo na proposta dele e pautar novamente o
344 tema que o Cal se preparou por 3 vezes para discutir o Plano Diretor e priorização das
345 ações, e que na proposta que ele vai enviar, constatará, nas notas de rodapé, os
346 links que foram todos removidos do site do IGAM e que ele fez uma notificação no site
347 com o provedor para eles disponibilizarem os documentos que estão indisponíveis para
348 a consulta, coincidentemente. Assim que disponibilizarem, ele enviar, todos os
349 documentos estão indisponíveis para consulta. Mas independente disto, ele enviará os

350 documentos em anexo por e-mail para todos os conselheiros. A seguir, foram lidos 2
351 comentários no chat da reunião, um da Irinéia que pediu para discutir as metas do
352 plano diretor na próxima reunião e o outro de Maria Carolina Nacif que representa a
353 ONG “A cidade que engole rios” onde ela disse que “assusta a quantidade de prédios
354 na área central de Poços de Caldas que rebaixa o lençol freático e nos preocupa as
355 consequências disto ao longo dos anos”. Ângela pediu a palavra e parabenizou o
356 Juvenal pela condução da reunião e disse que gostaria que levassem em consideração
357 o pedido ao IGAM de um levantamento das outorgas ao longo da Av. João Pinheiro,
358 pois são outorgas de grande porte e seria um momento interessante para fazer este
359 levantamento, conforme solicitado pelo técnico da Costa do Sol. Juvenal agradeceu e
360 disse que vai verificar junto à URGA no sentido de atender à esta solicitação. Nada
361 mais havendo a tratar, a 2ª Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada
362 às 12h25min.